



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Nome do Departamento: Instituto de Relações Internacionais

Nome do(a) Aluno(a): *Diogo Monteiro Dario*

Nome do(a) Orientador(a): Sonia de Camargo

Título do Projeto: *“Integração da Turquia à União Européia”*.

Integração da Turquia à União Européia

Aluno: Diogo Monteiro Dario
Orientadora: Sonia de Camargo

Introdução, Objetivos e Metodologia

O trabalho está vinculado motivação de expressar a controvérsia gerada pelos países ditos do Leste europeu e de sua integração ao corpo institucional da União Européia. Não é difícil identificar conseqüências concretas desse processo por ocasião da crise instalada em virtude da rejeição da ratificação do tratado constitucional europeu na França e na Holanda. Na verdade não só o próprio processo de desenvolvimento do tratado constitucional mas todo o debate envolvendo o futuro da União européia foi gerado em torno da questão de como tornar viável em termos políticos e sociais uma ampliação dessa magnitude. Magnitude que se verifica não somente na ampliação territorial, mas da necessidade de abarcar no bojo da instituição uma diversidade política, cultural e identitária que nunca tinha sido pensada antes. Dois grandes debates, a princípio de implicações distintas, se verificam no ambiente europeu diante desse novo alargamento. Um é sobre a necessidade e as disputas em torno da reforma institucional da Europa e sobre a pertinência de produzi-la ou não ancorada num texto constitucional. Outra questão é sobre a questão da identidade européia, como essa questão é exacerbada diante da expectativa da inclusão de países cultural e economicamente diferentes, e como pensar os limites da Europa e conseqüentemente do processo de integração. Dessa forma a primeira e segunda partes do trabalho versará sobre o um exame da literatura e das questões que versam sobre esses dois debates, visando colocar as principais questões e as diferentes posições encontradas no exame dessa bibliografia. Na terceira parte do trabalho, se buscará primeiro relatar o processo de integração da Turquia, por ser o exemplo que mais claramente exacerba as contradições presentes nos debates anteriormente citados. Se adotará uma postura deliberadamente crítica no sentido de mostrar como questões de identidade se interferem diretamente na determinação das estratégias de concepção do desenho institucional da união européia. Isso tentará ser apreendido através da leitura crítica de autores turcos a respeito do processo. Na conclusão se buscará refletir sobre como a não tematização da internalização dessas reformas dentro do processo dentro do processo doméstico turco acaba dificultando a produção de um diagnóstico objetivo a respeito das possibilidades de gerar incentivos a ampliação do processo de reformas, o que acaba acarretando a produção de políticas contraproducentes.

Desenvolvimento do Trabalho

1ª Parte- O debate institucional da União Européia

Contemporaneamente, um dos principais dilemas é o que diz respeito às prerrogativas do caráter federativo da instituição européia, em contraponto com a abordagem intergovernamental, que limita o poder de atuação da União, mas preserva as atribuições soberanas de seus governos nacionais. Ou em outras palavras: “Duas estratégias que, durante quase meio século, competiram e se conjugaram na Construção da Europa Comunitária: a da integração e a da cooperação”(Camargo, 2004, p.82)

Antes da fundação da CEE, houve realmente um debate sobre a possibilidade da formação de um ‘Estados Unidos da Europa’, que foi obstruído pela política nacionalista francesa de De Gaulle. Os trabalhos na Convenção e os avanços no debate institucional fizeram o tema voltar em evidência. São três as questões que permeiam o debate a respeito do desenho institucional da União Européia:

1- Federação

Em uma conferência realizada na Humboldt University de Berlim, em Maio de 2000, o ministro de negócios exteriores da Alemanha, Joschka Fischer propõe que ou a Europa avança até atingir a sua integração plena, ou, ao recuar e simplesmente ficar imóvel, a população européia pagará um preço altíssimo. O sistema institucional europeu fora criado para administrar seis Estados-membros, a estrutura como ela esta montada não seria capaz de gerir as controvérsias da Europa que haja sofrido uma ampliação da magnitude da que houve em 2004. Diante da necessidade de se dar implementabilidade às políticas e transparência e representatividade às instituições, dois caminhos poderiam ser vislumbrados em sua concepção: “Para, Fisher, dados os limites da realização do ‘Método Monet’ para a realidade da Europa de 2004, duas soluções se apresentavam, ou o conjunto de Estados-membros tentava um salto na direção de uma integração plena e se punha de acordo sobre um tratado constitucional europeu ancorado numa constituição, ou um pequeno grupo de Estados formados por aqueles capazes e prontos para avançar no caminho da integração se constituiria como um ‘núcleo duro’ ou ‘centro de gravidade’ que alavancaria o processo”(Camargo, 2004, p.86). Evidentemente essa segunda possibilidade traz em si problemas a serem resolvidos. A proposta de uma Europa com um centro de gravidade política retira espaço para que sejam incluídos nesse modelo os pontos de vista e os interesses dos novos integrantes da União Européia. Esse projeto condenaria os países recém chegados do Leste Europeu a permanecerem como periferia. Os países orientais já estavam receosos em relação à criação de uma federação européia, entre outros motivos, pela ausência de tradição federam em seus Estados Nacionais, além da trágica experiência federal na Iugoslávia. Além disso há evidentemente o receio de que sua soberania recém-adquirida possa vir a ser dissolvida dentro da União Européia.

Para alguns, a viabilidade e a desejabilidade de uma Europa federal nesse momento da história é algo questionável. Philippe Schmitter(2003) aponta elementos que deveriam estar presentes numa federação e cuja implementação pode conformar obstáculo à concretização do projeto europeu. Todo sistema federal, por exemplo, constitui uma unidade política com as prioridades mínimas de um Estado. Uma hipotética federalção européia não tem nem pode ter tal pretensão. Além disso, outra coisa que a federação pretensamente teria que ter são fronteiras territoriais prescritas ou regras específicas para a redefinição dessas fronteiras. A ampliação pressiona pela constante reformulação da estrutura, os mecanismos se complexificam, dificultando a identificação da população com a instituição, além de comprometer a representação simétrica das subunidades da potencial federação no processo de decisão. “As federações tendem a ser compostas por subunidades que têm a mesmo status legais e estão sujeitas às mesmas regras de representação” (Schmitter, 2003). Há pouca clareza sobre a capacidade do projeto de definir onde termina o território europeu. Além disso uma federação conta com uma determinadadistribuição de poder entre as unidades regionais e o poder central de forma tal que suas respectivas prerrogativas não se sobreponham. Contudo, como afirma a crítica de Schmitter, a União Européia peca não só pela debilidade de suas atribuições no nível supranacional, como muitas instâncias são na verdade compartilhadas por mais de um nível.

2- Democracia

Apesar de afirmar que, em certo sentido. “o assim chamado ‘déficit democrático’ é, em larga medida, uma criação de acadêmicos e intelectuais”(Schmitter, 2003), Schmitter

ênfatisa a problematização do acesso da população dos países integrados à União Européia às suas instituições e a como tais instituições influenciam a tomada de decisão do Estado, e provocam impacto no tocante à responsabilização do Estado perante seus cidadãos. A politização de grupos fortemente resistentes à União Européia apontam para um problema de legitimidade e de *accountability*.

Além disso, a possibilidade de unificação monetária com os países do Leste aumenta a insatisfação quanto à distribuição desigual dos benefícios. Por tudo isso é que é preciso uma “Democratização da Europa, isto é, do redesenho das instituições da União européia, de tal forma que se tornem mais responsáveis perante os cidadãos europeus”(Schmitter, 2003). Há a recorrente reivindicação, que vai se tornando mais grave com os novos processos de ampliação, de que os Estados pequenos estão sobre-representados. Existe um esforço de aperfeiçoamento dos processos de votação cuja última atualização estabeleceu o procedimento de dupla maioria qualificada (65% dos Estados Membros, de forma que perfaçam 55% da população, são necessários para aprovação) para a votação da maioria dos temas no Conselho Europeu, proposta incluída no tratado constitucional recentemente rejeitado). Mas outros elementos da engenharia institucional geram grande incerteza quanto à confiança nas atribuições da União. Não existe um consenso sobre como se dá a distribuição das competências das autoridades. Apesar o princípio da subsidiariedade prescrever que as tarefas sejam entregues sempre ao nível o mais local possível de agregação política, existe a carência de uma garantia estatutária que especifique as competências atribuídas a determinados níveis de autoridade:

“A Integração não foi ainda traduzida em mecanismos de representação cidadã nem em um sistema de tomada de decisões. Para que isso ocorra, duas coisas se fazem necessárias: de um lado, a criação de um mecanismo de representação direta dos cidadãos, o que requer a transformação do atual parlamento europeu em um órgão com função legislativa plena, assim como a participação da população da população em uma eleição direta para chefe do executivo europeu; de outro uma complexa revisão do sistema decisório que deverá estar garantido e ancorado em uma constituição federal”(Menéndez apud Camargo, 2004, p.91)

A questão sobre o déficit democrático europeu se põe dentro de um escopo de uma determinada idéia de democracia. Quase sempre a teoria democrática supõe a existência de um demos. E a questão não só da factibilidade mas da própria deseabilidade de um demos europeu. As instituições européia ampliam suas prerrogativas sobre a esfera da vida dos cidadãos europeus, fazendo com que sejam atingidos em suas vidas cotidianas por instituições altamente centralizadas e distantemente burocratizadas. Mesmo se a União fosse capaz de reproduzir uma arquitetura institucional semelhante a de seus Estados constituintes, o indivíduo perderia relativamente peso político no controle das instituições que lhe afetam comparado com um ambiente sem União Européia. Além disso a instituição com esse fenômeno sofre todo um processo de deslegitimação. Três variáveis estão ligadas a esse processo deslegitimador: Primeiro, o alcance da Comunidade a áreas que são funções clássicas dos Estados, são construções sociais e culturais que não são fixas. Além disso o alcance da União sobre temas que normalmente se tratam na esfera privada ou no nível das comunidades locais. E, por último, a percepção, esteja ela fundada ou não na realidade, que não existe um limite efetivo suficientemente consolidado que obstrua o caminho da comunidade no sentido da apropriação das prerrogativas individuais e nacionais. Argumenta-se que a governança da Comunidade e suas instituições têm um efeito perverso sobre os principais processos democráticos tanto dentro dos Estados-Membros quanto no âmbito da própria União. A União desequilibra a relação entre executivo e legislativo nacionais. Os parlamentos perdem completamente o controle sobre o processo decisório da comunidade, e o

parlamento europeu não oferece um substituto efetivo. Os poderes do parlamento europeu têm aumentado, mas a pauta das eleições para o parlamento europeu acaba sendo a agenda política doméstica. Nesse modelo o parlamento tem a função de dar voz à interesses fragmentados. De acordo com uma visão corporativista da unidade política europeia, os atores estatais não monopolizam o processo de decisão. Uma total, falta de transparência pervade toda a governança da comunidade. O mesmo pode ser dito a respeito da corte europeia de justiça(Weiler e al., 1995).

Como afirma Kalipso Nicolaidis(2003), A União realmente não se configura como uma democracia no sentido tradicional. Uma resposta ficou marcada a partir de uma resolução da Suprema corte Alemã em 1994. A Europa não tem um demos, somente demoi nacionais. A soberania nacional deve ser defendida como uma garantia última da democracia. Enquanto que a esfera europeia é o reino da democracia indireta. Contudo alguns elementos de democracia direta devem ser buscados e implementados através do parlamento europeu para que os assuntos europeus se tornem mais transparentes. A unidade política não pressupõe uma comunidade fundada na identidade(Nicolaidis, 2003).

Em 2002 foi convocada a Convenção para discutir o futuro da Europa. Segundo Schmitter a convenção foi convocada para discutir 3 questões principais: A perspectiva de declínio da eficácia da formulação de políticas da União Europeia devido à última ampliação; o declínio da força de voto dos grandes Estados devido à admissão de pequenos Estados sobre-representados; e o declínio da legitimidade da União Europeia entre o público de massa devido à regras de tomada de decisão complexas, distantes e tecnocráticas. O projeto produzido pelas deliberações da convenção, então rascunho de uma possível Constituição, privilegia os dois primeiros tópicos, e não avança tão significativamente na democratização da Europa. Contudo, apesar dessa deficiência, tem havido crescente politização de grupos políticos específicos, que estão colocando os temas da União Europeia dentro da pauta das eleições internas dos Estados membros. Mas esses grupos se mobilizam principalmente no sentido de uma rejeição da autoridade da União Europeia. A participação de membros da sociedade civil durante a convenção pode ser considerada uma tentativa de criar uma esfera pública europeia, mesmo que ao nível de uma elite seleta. O público de massa e a imprensa continuam alheios a grande parte das disposições do tratado constitucional. Apesar disso o projeto da convenção avança bastante no sentido da definição de um conjunto de direitos humanos e civis e aumenta os poderes de cobrar responsabilidades do Parlamento Europeu. Foram apresentadas medidas destinadas a fortalecer a democracia, aumentar a transparência, articular uma divisão mais clara de competências entre a União e os Estados e entre o executivo e o legislativo. Para um potencial futuro federalismo europeu, ele teria, ainda segundo Schmitter, que ser explicitamente democrático. “A União Europeia já pode estar cercada por fontes de representantes (ainda que um tanto inclinados em sua distribuição de interesses e paixões), mas seus dirigentes não respondem perante eles”(Schmitter, 2003)

3- Constituição

A Convenção que se reuniu de Março de 2002 a Junho de 2003, apresentou como resultado de seus trabalhos o projeto de uma confederação que instituiria uma proposta de federação de Estados democráticos da Europa. A iniciativa da constituição não significa uma radicalização no sentido da supressão da soberania de Estados-membros. “ A Europa não esta diante de um novo radicalismo constitucional diante do qual precisa redefinir sua identidade. Está apenas entrando em um momento em que reformas tem que ser ancoradas em uma constituição”(Camargo, 2004, p.90). O mandato da declaração conjunta da cúpula de Laeken não previa nem mesmo a necessidade de apresentação de um documento, quanto mais que tal documento pudesse pretensamente se converter num projeto de constituição. O sucesso da convenção em produzir um único projeto consensual (apesar dos diversos silencias relevantes e de abordagens vagas que deixam várias questões estratégicas sem solução) não impediu que

o processo fosse obstruído em referendo popular na França e Holanda. Apesar de marcar a participação da sociedade civil no sentido de demonstrar a possibilidade de gerar um ‘esfera pública europeia’; e apesar também do formato incluir a presença de deputados nacionais e europeus, e de atribuir um papel relativamente restrito à Comissão Europeia, esforço conduzido no sentido de promover a formulação de um sistema partidário europeu; os governos nacionais aumentaram o status e a visibilidade de seus representantes, de forma a reforçar a natureza intergovernamental do processo de integração e reafirmar a ênfase do acervo comunitário na interdependência econômica.

2ª Parte- O Alargamento e a questão da identidade europeia

Para poderem integrar a União Europeia, os países precisam satisfazer os critérios de Copenhague, um conjunto de condições de cunho econômico e político que tem por base uma série de princípios que estariam ligados à identidade europeia, partiriam da própria concepção do que consistiria ser europeu contemporaneamente. O último alargamento integrou países com uma trajetória história muito diferente dos demais constituintes da comunidade. Diferenças que muitas vezes vão além da prevalência recente de regimes autoritários (até porque, Grécia, Portugal e Espanha só se democratizaram na década de 70) ou até mesmo da experiência soviética e da reconstrução da economia de mercado. Essa integração exacerba um debate sobre as ideias políticas que estão por trás da integração. Uns acreditam que a construção de uma União Europeia passa por um critério de identidade necessariamente ligado a construção de uma trajetória específica comum. Sob esse ponto de vista, mais conservador, a ampliação ocorrida em 1º de Maio de 2004 seria um processo até certo ponto contraditório, ou no mínimo contestável. Uma segunda visão tem um enfoque mais pluralista, que entende que o fundamental é o compromisso com o acervo comunitário. Diante da viabilidade desse compromisso a reivindicação da adesão é legítima. Em vista disso é que a UE se dispõe a prestar assistência não só a adoção da legislação comunitária, como estabelece mecanismos de ajuda financeira para os aspirantes a membros efetivos da comunidade. As condições a serem satisfeitas em observância aos critérios de Copenhague são as seguintes: “- construir democracias estáveis, respeitar os direitos humanos, ser Estado de Direito e proteger os direitos das minorias. - dispor de economias de mercado viáveis. - adotar as regras, normas e políticas comuns que constituem o acervo legislativo comunitário” (Site oficial da União Europeia).

Agora, se como diz Anthony Smith, não há nada de novo a respeito da ideia de unidade europeia, e não há nada de novo tão pouco a respeito da ideia de identidade nacional, o que a possibilidade de integração europeia deva ser entendida pela primeira vez de forma distinta? Apesar da identidade nacional, a humanidade, independente de época ou lugar, cria diferentes vínculos de subjetividade, de implicações individuais e coletivas. Contudo o que caracteriza a pluralidade de manifestações de vínculos sobrepostos de lealdade é que no mundo moderno do capitalismo industrial e da burocracia, o número e em particular a escala das possíveis identidades culturais se incrementaram grandemente. Sob circunstâncias normais, um ser humano pode conciliar despreocupadamente suas múltiplas identidades. Contudo existe uma diferença significativa entre a composição da identidade individual e da identidade coletiva. A identidade individual é normalmente situacional, quando não francamente optativa. Ou seja, a maneira como os indivíduos identificam a si mesmo e são identificados pelos outros varia de acordo com a situação. As identidades coletivas no entanto, costumam ser muito menos voláteis, estão menos sujeitas a mudanças bruscas e tendem a persistir mesmo depois que um número significativo dos indivíduos da coletividade deixou de sentir seu poder diretamente. A partir disso Anthony Smith tenta construir um conceito de identidade cultural coletiva que pudesse ser operacionalizado, que consistiria “[n]o sentido de uma continuidade compartilhado por parte de sucessivas gerações de uma dada unidade populacional e [n]a memória compartilhada de períodos anteriores, eventos e

personagens na história desta unidade. Destes dois componentes podemos derivar um terceiro: a crença coletiva de um destino comum da unidade e de sua cultura” (Smith, 1992).

A partir dessa abordagem do que constitui uma identidade cultural coletiva, Smith vai tentar usá-lo como uma estrutura para analisar especificamente, num primeiro momento, o conceito de identidade nacional. No conceito de identidade nacional toda essa multiplicidade de identidades culturais estão refletidas nas múltiplas dimensões da concepção de nacionalidade. Nessa idéia estaria implícito que populações com uma cultura distinta deveriam estar ligadas a um território delimitado exclusivo, que essa comunidade compartilha mitos originários e memórias históricas, que existe uma idéia de cultura que é padronizada, uma divisão territorial do trabalho, e uma espécie de sistema legal que propicia ao cidadão uma série de direitos e deveres através do acesso a leis e instituições comuns. Esse conceito é composto por muitos elementos (como o étnico, o legal, o territorial, o econômico e o político) que podem ser separados analiticamente, mas que são devidamente ponderados e articulados por uma ideologia nacionalista específica, constituindo uma visão do homem e da comunidade. Segundo Smith, pode se distinguir entre dois principais modelos de nação: o modelo ocidental está centrado na territorialidade nacional, num sistema comum de leis e instituições, na igualdade dos cidadãos e na importância da cultura cívica. O modelo Oriental, por sua vez, está preocupado principalmente com a descendência étnica e com os laços culturais. Enfatiza os elementos populares e folclóricos, e a mobilização da população através do reavivamento da cultura nativa. Essa separação metodológica é feita a partir de tipos ideais. Elementos desses dois tipos são encontrados tanto em nacionalismos tanto ocidentais quanto orientais. O que a pesquisa de Jiménez e al. (2004) mostra é que a nação é principalmente definida em termos culturais, enquanto que o pertencimento europeu é principalmente definido em termos instrumentais (que estaria mais ligado a uma relação de custo benefício mais objetiva a respeito das políticas da União Européia). Mas isso não se verifica de maneira uniforme dentro dos diferentes países. Os fatores culturais parecem ser mais importantes para os países da Europa central e do leste. As considerações instrumentais são mais importantes para os países da Europa Ocidental. Separando metodologicamente o ocidente e o oriente pode ser observado ainda que no oriente os elementos culturais são mais importantes até nas considerações a respeito da identidade européia. Para os países orientais os elementos mais importantes são a proximidade da Europa central e do leste e o elemento cultural e civilizacional europeu. Nos demais países os cidadãos se sentem europeus largamente por razões instrumentais.

Apesar da grande maioria dos Estados contemporaneamente ser multi-étnico, a reiterada referência a uma cultura pública comum indica que a influência da etnicidade na fundação da legitimidade das identidades nacionais. O poder desses símbolos e memórias não se esvaneceu por completo. A reivindicação de legitimidade é baseada na aspiração de uma população heterogênea a uma unidade em termos de cultura pública e comunidade política. Atualmente a percepção mais aceita é a de que os nacionalismos orientais vão de encontro às tendências predominantes no mundo hoje, que converge para o alargamento das unidades políticas e econômicas. Nesses sentido esses nacionalismos não seriam sustentáveis e teriam que dar espaço aos nacionalismos das democracias de massa da Europa Ocidental. Contudo, paradoxalmente continuamos testemunhando um ressurgimento dos conflitos étnicos nos dias de hoje. De acordo com Smith existem uma série de razões para a recorrência desse fenômeno: primeiramente, o autor verifica que de 45 para cá o Estado fortaleceu sua atuação, tanto no campo internacional, quanto no poder de intervenção na vida social dentro de suas fronteiras. Além disso, a difusão da comunicação de massa aumenta o nível de informação e consciência das minorias nacionais. O impacto de um sistema público de educação de massa une uma população em torno de uma cultura cívica singular, mas pode acabar (potencializado pelos outros dois fatores) por criar fraturas diante de divisões étnicas pré-existentes. Dessa

forma as elites nacionais acabam por estimular o ressentimento das minorias pela supressão de sua cultura e de sua história.

Identidade nacional e Identidade Européia

O objetivo do estudo de Jiménez e al.(2004) é distinguir as diferentes fontes possíveis de identidade nacional e européia. Os autores parte da definição de David Easton: ele define a identidade coletiva como um sentido de comunidade que conforma um grupo que, na medida em que compartilha uma estrutura política, compartilha um destino político. Começando por considerar em que medida houve uma transferência da identidade nacional para o nível supranacional ou europeu, o que se verifica é que o sentimento nacional só enfraqueceu na Alemanha Oriental, na Áustria e na República Tcheca, mas mesmo nesses países o índice de pertencimento alcançado pela população é alto. Os vínculos de lealdade não vêm sendo transferidos da nação para a Europa. O padrão que se observa é de declínio de sentimento de proximidade para com a Europa. A percepção de soma zero entre as identidades não se confirma, dando-se a possibilidade de se conceber a compatibilidade entre as identidades nacional e européia. Mas empiricamente não se dão em intensidades iguais. O vínculo com a identidade nacional ainda é muito mais forte. Não há nada que apóie a percepção de ameaça por parte das identidades nacionais. Não há relação entre o duplo pertencimento e a queda do vínculo à nação.

Os elementos afetivo-simbólicos das construções dos vínculos nacionais são mais reativos(no sentido de impedir) ao desenvolvimento da identidade européia. Orgulho e soberania não necessariamente são produto de uma identidade nacional mais culturalmente produzida do que as outras. Contudo, pesquisa recente de 2003 de Belot aponta para uma relação positiva entre o orgulho nacional e a identidade européia dos jovens franceses e britânicos. Enquanto isso princípios cívicos de construção de identidade, tanto européia quanto nacional, favorecem a inclusividade e a compatibilidade das duas identidades. A pesquisa de Domm(2004), focando na relação entre as identidades européia e nacional, parte do princípio que o orgulho nacional é uma medida multidimensional e de natureza não exclusiva. É diferente do sentimento nacionalista, que expressa uma ideologia política diretamente ligada à distribuição do poder político, o que poderia ser um elemento explicativo dos resultados controversos.

Na análise dos elementos de identificação nacional(de Jiménez e al., 2004), todos os países ranquearam a linguagem comum como um dos cinco elementos mais importantes para a identificação nacional. E a cultura comum como um dos oito elementos mais importantes. Quanto ao processo de identificação européia, os itens mais frequentemente mencionados estão incluídos dentro de uma concepção instrumental de identidade, como liberdade de movimento de pessoas, de fixação de residência e de moeda comum. Outros itens como linguagem, cultura e civilização também foram identificados como importantes. A variação da apreensão da identidade dupla não tem uma relação direta com a combinação das fontes de identidade nacional e identificação européia. Exemplo de contraste: Itália e Inglaterra(os dois países combinam elementos muito parecidos para justificar qualitativamente suas identidades nacional e européia, só que o índice quantitativo de incidência do vínculo europeu na Inglaterra é baixíssimo, enquanto que na Itália é um dos mais altos).

Ao se optar metodologicamente pela possibilidade de um duplo vínculo pode se inferir quais combinações específicas de elementos nas duas identidades favorecem ou desfavorecem a compatibilidade entre elas. No caso de uma comparação entre Hungria e República Tcheca, ambos os vínculos são assimilados a partir de fontes culturais e há compatibilidade entre as identidades(Hungria é o país que mais ressalta a importância dos elementos culturais com relação à nação). Nos dois países a opção pela identidade dual se sobrepõem em oito pontos aos de exclusiva identidade nacional e mesmo assim o vínculo à nação ainda é mais forte do que o vínculo à Europa. Os países de menor compatibilidade são Grécia e Inglaterra, e se

diferenciam dos outros por listarem o orgulho como um dos cinco elementos mais importantes de identificação nacional. Inglaterra é o único país que menciona soberania (e é o menor índice de todos). Itália e Espanha (os de maior compatibilidade) são os únicos que mencionam os deveres e direitos entre os cinco elementos mais importantes da identificação nacional e europeia.

Não é verdade que cidadãos com identidades nacionais mais fracas desenvolvem identidades europeias mais fortes. Além disso, os vínculos à nação permaneceram mais fortes do que os vínculos à Europa mesmo nos países onde a maioria dos cidadãos sustentam a sua dupla identificação.

Diferentemente da abordagem de Jiménez e al. (2004), o que Domm (2004) sugere na conclusão de seu trabalho é que a partir de um indicador apropriado para apontar em que medida a identidade nacional incorpora um componente europeu poderia se prescrever para o processo de europeização a partir da alteração da identidade nacional, em vez da imposição de uma identidade europeia.

O desafio que a União Europeia tem se colocado é o de criar uma cultura cosmopolita capaz de articular essas identidades nacionais potencialmente conflituosas. Mas não deixa claro em que esse processo se distingue de outros processos históricos que também foram marcados pela tentativa de sobreposição das fronteiras locais. O que compõe uma cultura verdadeiramente cosmopolita? A cultura da globalização tem se caracterizado por um forte poder de adaptação, contudo, como Smith (1992) ressalta, lado a lado com essa modernização ocidentalizante e seu poder de adaptação, têm sido resgatados conscientemente outros tipos de valores, mais locais e enraizados num resgate de memórias e tradições que vai de encontro ao ahistoricismo desse projeto cosmopolita, mas não deslegitima o processo de construção histórica de uma identidade europeia, afinal existem precedentes históricos da conciliação de identidades sobrepostas em círculos concêntricos, como no mundo antigo e medieval.

Teorias normativas sobre a construção da identidade europeia (Jiménez e al., 2004)

Os estudos sobre identidade europeia têm sido caracterizados por abordagens teóricas e normativas que focam em definições do conceito de identidade europeia especificamente voltadas para tais abordagens. Podem ser identificadas três grandes tendências na literatura, que se distinguem pelas possíveis fontes diferentes de identificação europeia que eles defendem. Esse estudo nomeou as abordagens cultural, instrumentalista e cívica. Todas dizem respeito à relação entre a cidadania europeia e a identidade nacional, questão que entrou em voga a partir da introdução da cidadania europeia no Tratado de Maastricht. Estados viram a criação de uma identidade europeia como uma potencial ameaça à identidade nacional e à relação de lealdade do cidadão para com seu país, e esse argumento ficou sujeito à manipulação por parte das elites políticas na década de 90.

Contudo não necessariamente intelectuais e governos devem ou deveriam considerar a relação entre as identidades nacional e supranacional como um jogo de soma zero. Um determinado indivíduo pode estar ligado a diferentes vínculos de subjetividade, dado que eles operam contextualmente. Contudo o que caracteriza a pluralidade de manifestações de vínculos sobrepostos de lealdade do mundo moderno do capitalismo industrial e da burocracia; é que o número e em particular a escala das possíveis identidades culturais se incrementam grandemente. As identidades culturais coletivas costumam ser muito menos voláteis do que as individuais. Não podem ser analisadas de maneira puramente instrumental porque tendem a persistir depois que um número significativo dos indivíduos da coletividade deixou de sentir seu poder diretamente (Smith, 1992).

Teoria cultural- estudiosos argumentam que a identidade europeia que deveria emergir não deveria ser baseada nos mesmos elementos sobre as quais estão fundadas as identidades

nacionais, como herança cultural, linguagem, mitologia, símbolos e vínculos emocionais. A diversidade cultural e as diferenças estruturais estão profundamente enraizadas, e essa forma de enfrentar esse projeto de construção de uma identidade europeia acabaria por se tornar um empreendimento utópico. Ao serem desprovidas de uma base cultural, as identidades europeias seriam naturalmente mais fracas que as nacionais, e tais identidades europeias culturais enfraqueceriam o vínculo com o Estado-nação.

Teoria instrumental- estudiosos preconizam que identidades europeias devem ser conscientemente baseadas no cálculo individual dos interesses dos indivíduos. Quanto mais as pessoas entendem como deficiente o poder de tomada de decisão de seu país no contexto internacional, mais forte é a sua identificação com a Europa. Quanto melhor a avaliação do cidadão do cidadão a respeito das políticas europeias, mais provável que ele se sinta mais europeu. A identidade nacional, assim como a europeia também está sujeita a considerações instrumentais. Elementos culturais e cívicos não teriam papel relevante na identidade europeia.

Teoria cívica- enfatiza o desenvolvimento de identidades acerca de acordos sobre regras para coexistência política pacífica, normas culturais compartilhadas e crenças comuns. A essência da adesão à comunidade europeia residiria no compromisso nos valores compartilhados pela União, aos deveres e direitos juridicamente estabelecidos cobrindo áreas específicas da vida pública. Compromisso que ressalta o que é diretamente oposto ao nacionalismo étnico, ou seja, enfatizando características humanas que transcendam as diferenças etno-culturais. Inspirado em teorias deliberativas da democracia e na concepção habermasiana de racionalidade comunicativa. Uma identidade europeia baseada em elementos cívicos seria compatível com as identidades nacionais, no sentido de que não as enfraqueceria, e logo não há porque tal identidade ser percebida como uma ameaça.

O alargamento e a guinada epistemológica na concepção da identidade europeia

Para compreender as complexas possibilidades da relação do eu com o outro, Todorov desenvolve uma tipificação baseada em 3 diferentes eixos: “Todorov faz de que existem três diferentes eixos de relação: o primeiro está no nível axiológico, onde valores são expressos(bom/mau, superior/inferior); o segundo nível é o paraaxiológico, em que a questão é o distanciamento ou a reaproximação nas relações um com o outro. Neste nível três diferentes atitudes são esperadas: imposição do “eu” sobre o “outro”, submissão do “eu” ao “outro”, ou mera indiferença. Terceiro, existe um eixo epistemológico, em que a questão é aceitar ou ignorar o outro. Ambas as posições permitem definir o “eu”: a primeira ao enfatizar as similaridades; a segunda ao evitar que se descubra que o “outro” existe por si”(Todorov *apud* Messari, 2000, p.201) Ao optar por afirmar uma determinada identidade, a escolha estaria entre distanciar o “eu” do “outro”, que por exemplo a reação do ocidente diante das políticas de limpeza étnica sérvias; e a segunda possibilidade seria aproximá-lo, podendo manter-se a diferença ou haver uma assimilação. No processo de aproximação, as complexidades do outro começam a aparecer, e a alienação por meio do argumento da superioridade civilizacional, por exemplo, se torna extremamente difícil. Esse é de alguma forma o novo desafio da integração: de afirmar a identidade coletiva europeia não podendo mais ignorar a complexidade de novas identidades singulares de seus novos membros.

Dentro desse contexto, uma identidade europeia (o termo que em si tem a factibilidade, a viabilidade e a desejabilidade constantemente questionada pelos cépticos) deve ser entendida não como um fenômeno imutável, e sim como a construção ou a representação de uma realidade espaço-temporal específica. “A construção é contínua e nunca tem fim... escrever sobre memória implica um duplo exercício de criação e esquecimento... assim como novas identidades são construídas, outras são apagadas”(Messari, 2000, p.196). Dentro do processo sob o qual a Europa se debruça nesse momento, a projeção de uma identidade a partir da trajetória e da cultura comum entra em cheque. Os europeus

ocidentais, que sempre foram ciosos do impacto da imigração em massa dos habitantes dos países mais pobres da Europa sobre sua próspera economia, agora tem que lidar como aquele que antes era o outro, o problema, como fazendo juntos parte de algo, constituindo uma mesma identidade. Como ressalta Messari: “De uma tendência positiva representada pela Europa unificada a um sentimento negativo de ameaça externa que a migração constitui para a Europa Ocidental próspera, os europeus tem refletido mais do que nunca sobre sua própria identidade”(Messari, 2000, p.194)

Eric Hobsbawn, escrevendo sobre a invenção de tradições, diz que estas podem se classificar em 3 categorias que se superpõem: “a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento”(Hobsbawn, 1984). A discussão de Hobsbawn é perfeitamente compatível à perspectiva pluralista da construção da identidade europeia, assim como diz respeito aos dilemas centrais do debate sobre a União enquanto um processo de natureza política em constante reformulação. Esse processo de invenção e reformulação, que evidentemente não pode ser estudado à revelia de considerações a respeito das relações de poder entre as unidades que atuam nesse processo, pode ser verificado nos mais diversos lugares e momentos históricos. Contudo, segundo o autor espera-se que ela ocorra com mais freqüência quando as sociedades sofrem o impacto de transformações rápidas e violentas, que destrói os padrões sociais com as quais as velhas tradições eram compatíveis. Tais tradições começariam a perder suas capacidades de adaptação e flexibilidade. A Europa passou por uma primeira fase de desgaste de suas instituições no início do século XX, que desembocou na primeira guerra mundial. O sistema financeiro centrado na estabilidade do padrão ouro e o equilíbrio de poder que haviam garantido cem anos sem que uma guerra de proporções sistêmicas desestabilizasse a região não eram mais capazes de controlar os nacionalismos rivais que já tinham colocado os Estados num esforço crescente de remilitarização. O entre guerras tornou patente a falência dessas novas estruturas na tentativa de se adaptar a uma nova conjuntura. O Pós-guerra e o esforço de reconstrução seira justamente o esforço de reconstrução das narrativas que conferem legitimidade a atuação internacional dos Estados. Valores como a democracia e os direitos humanos, que em outros momentos atuaram com continuidade e intensidade muito diferenciada entre esses países, agora são pelos mesmos vivamente reivindicados. Eles constituem os fundamentos da afirmação da identidade europeia. No entanto, qualquer argumento positivo sobre a constituição da identidade coletiva é indiretamente exclusivo e toma a diferença como dada: “a existência de uma diferença autoriza a constituição de uma identidade coletiva aparentemente harmônica”(Messari, 2000, p.197). A crítica do autor à intervenção do Ocidente na guerra do Kosovo consiste justamente em que na sua visão a OTAN orientou sua intervenção com o objetivo principal de afirmar uma nova representação da identidade ocidental.

O processo discursivo de construção da identidade - implicações

A formalização e institucionalização de comunidades de segurança- regiões cognitivas socialmente construídas cujos membros compartilham uma identidade regional e um senso de comunidade, dependendo das quais detêm expectativas de mudança pacífica. A conformação de uma comunidade, ligada por uma identidade comum, costuma ser entendida como um processo promotor de cooperação e gerador de incentivos para a paz. A identidade coletiva cria as bases a partir das quais os Estados podem redefinir suas próprias identidades em termos de uma noção de eu mais ampla que inclua os Estados que estão co-identificados com eles, como afirma Wendt(1992, 1999). Os Estados sustentam entre si relações pacíficas dentro de uma comunidade não porque seus interesses coincidam plenamente, mas porque a

comunidade possibilita uma base comunicacional a partir da qual os interesses possam ser conciliados de forma a render ganhos positivos para ambas as partes.

Contudo toda a identidade é fundada sobre uma diferença, e as abordagens construtivistas recorrentes que têm estudado o processo de formação da comunidade como um processo de geração espontânea auto-sustentável, sem problematizar a diferença a partir da qual essa identidade se afirma, não somente incorrem num erro conceitual, como induzem os estudiosos a julgamentos precipitados a respeito das implicações em termos de segurança desse processo de formação de comunidade. Esse processo pode também ter implicações perversas no reforço da percepção da diferença. A partir da legitimação de determinados discursos e práticas de diferenciação “A formação da comunidade reforça certos critérios para distinção entre eu e o outro, enquanto que deslegitima outros [critérios]” (Rumelili, 2003). Criam-se condições favoráveis para a reprodução dos conflitos. O argumento não pretende inferir que os processos de produção social de significado são redutíveis a um processo de manipulação retórica por parte das elites. O potencial de sua habilidade retórica está constrangido pela amplitude da ressonância que seus argumentos são capazes de atingir num dado ambiente social.

A intensificação do sentido de diferença, por si só, não cria as condições suficientes para os conflitos entre os Estados. Para que isso ocorra, ela deve vir combinada com uma percepção do ‘outro’ que ameaça a identidade do ‘eu’. Apesar da idéia de diferença não necessariamente vir acompanhada dessa percepção de ameaça, ela é sempre empregada como um instrumento para fortalecer e afirmar a diferença. Ela é empregada com mais eficiência quando o sentido de diferença é precário ou ambíguo. Logo essas articulações não estão voltadas para os de diferença mais acentuada, mas para os que são ao mesmo tempo diferentes e similares. É nessa posição de limiaridade que o ‘eu’ sente a necessidade mais premente de afirmar a diferença. No caso da União Européia, como aponta Rumelili, a Turquia poderia ser recorrentemente referida como o ‘outro’ da Europa. Sendo por alguns critérios considerada Européia e por outros não, e insistindo em ser reconhecida enquanto tal, a Turquia é percebida como uma noção alternativa e ameaçadora de identidade européia. Em relação aos Estados cuja inclusão na comunidade é ambígua, esses são obrigados a afirmar sua diferença em relação a quem está no limiar, com medo de serem confundidos com ele. A precariedade e ambigüidade da sua diferença em relação àquele que está fora, mas reivindica constantemente a legitimidade de sua inclusão faz com que aumente tremendamente a sua necessidade de afirmar o Estado que está ao limiar como completamente diferente e ameaçador. A condição da Grécia na União Européia e a sua relação de rivalidade com a Turquia faz com que a percepção ameaçadora que a Europa forma da Turquia legitime a hostilidade do discurso grego em relação a ela. Por outro lado, ao sustentar que a Grécia é um falso europeu, e que trabalha para produzir constantes obstáculos à integração legítima da Turquia, os turcos podem continuar a reivindicar uma identidade verdadeiramente européia. A identidade Européia alimentou a reprodução do conflito entre a Grécia e a Turquia ao posicioná-las em antagonicamente e igualmente precárias relativamente à Europa.

É importante ressaltar, no entanto, que “limiaridade não é uma condição objetiva que seja inerente à história, cultura ou identidade do grupo; mas sim uma posição contextual que é socialmente e discursivamente produzida. De fato, a Turquia foi colocada numa posição limiar com a mudança no discurso de formação de comunidade da União Européia depois do fim da Guerra Fria, quando a distinção capitalista/comunista perdeu sua relevância na demarcação entre o ‘eu’ e o ‘outro’ e a idéia de uma herança cultural européia comum, da limitação geográfica da Europa e dos Direitos Humanos foram re-enfatizados. A limiaridade significa o relacionamento entre duas identidades- a construção da identidade de uma sendo construída como parcialmente ‘eu’/parcialmente ‘outro’ e com vistas a uma outra identidade- que sempre se desenvolve a partir de um processo de formação de identidade. Com uma

construção alternativa da relação entre o 'eu' e o 'outro', aquele que foi previamente construído como limiar pode ser reconstruído como uma parte inequívoca do 'eu'"(Rumelili, 2003).

A limiaridade não é uma condição estática. Ela depende dos deslocamentos promovidos pelo discurso. Com o conselho europeu de Helsinki(1999) tendo decidido incluir a Turquia na sua lista de países candidatos (mesmo que posteriormente não houvesse sido confirmada a sua incorporação no último alargamento), a posição da Turquia ficou menos ambígua em relação a Europa, o país foi deslocado da sua posição de limiaridade e passou a não representar mais tão frontalmente uma ameaça. A validação da identidade europeia da Grécia não requeria mais a demarcação clara da alteridade em relação à Turquia. No próprio Conselho, ela poderia ter usado seu poder de veto para impedir a inclusão do nome da Turquia e não o fez. Houve um substantivo melhoramento da relação entre a Grécia e a Turquia após o Conselho Europeu de Helsinki que foi tornada possível pela mudança do contexto do discurso. Vários acordos foram assinados entre os dois países, inclusive um onde os Gregos se comprometem a prestar assistência técnica par auxiliar a candidatura da Turquia à União Europeia.

Identidade Europeia e o apoio pela integração(Van der Veen, 2004)

O autor alerta para o fato de que a maioria da literatura se preocupou em suas pesquisas em medir quantitativamente o apoio ao processo de integração mais do que a identidade europeia enquanto um valor político em si. A maioria dos fatores ideacionais parecem localizados no nível nacional, que resulta em diferenças na averiguação através dos países tanto no que diz respeito ao apoio à integração europeia quanto no que diz respeito à expressão da identidade europeia. A hipótese é de que essas diferenças podem ser resultado não só de orientações valorativas nacionais específicas, mas também no tocante a exposição de pessoas e culturas aos demais Estados membros. Também inclui um esforço de medir a relação entre o apoio à integração e a identidade. A pesquisa permite mostrar que a identidade é que implica apoio pela integração, cinco vezes mais do que o contrário.

A integração do Leste europeu apontou para a fragilidade do equilíbrio institucional da União Europeia, principalmente no que diz respeito à idéia do déficit democrático. Para algumas pessoas mais velhas, potencialmente a questão da Alemanha continua sendo crucial. Contudo para os jovens europeus, as considerações são de outra natureza. A capacidade da instituição de resguardar a capacidade econômica de seus países é um fator que não pode ser negligenciado. Contudo com o crescimento do poder de implementação de política da União europeia, esse público começou a tomar consciência de que não pode mais simplesmente percebê-la de forma meramente instrumental, que é um corpo que exerce governança em busca de uma legitimidade independente.

Não existe forma de se resumir os fatores que podem conduzir a uma evolução da idéia de uma identidade europeia. A questão cultural normalmente se mistura com a história do ocidente. Outros fatores mais contingentes, como o fluxo de pessoas e de capitais, são mais prováveis de serem afetados pelo processo de integração em si. A União europeia vem durante longo tempo financiando programas de intercâmbio universitário. Contudo os formuladores de políticas têm se preocupado em medir o sucesso desses programas sem focalizar no impacto mais fundamental ou fundacional do mesmo. Sem compartilhar por exemplo a emergência de uma identidade europeia compartilhada a partir desse processo e das novas possibilidades epistemológicas que ele abre.

O indicador do apoio à União Europeia nos diz pouco a respeito do papel da identidade nesse processo. Como as instituições da União europeia em larga medida foram criadas à revelia da vontade expressa das populações nacionais, nós devemos antecipar que as atitudes das pessoas devam ser basicamente instrumentais a respeito delas.

Em países como Bélgica e Luxemburgo, o número de não nacionais residentes é suficientemente alto para que distorça os resultados, até pelo fato de muitos deles estarem empregados pela União Européia e terem maior probabilidade de se sentirem europeus. Os dados da pesquisa confirmam fortemente essa previsão. Dentre as nacionalidades, os que menos se sentem europeus são os alemães orientais e os nacionais dos países escandinavos. Além deles, Grécia, Portugal e Espanha são os que apontam o mais fraco sentido de identidade compartilhada. Os Estados onde esse indicador é mais positivo são Itália e Luxemburgo.

A perspectiva da opinião pública sobre o Alargamento(Sinnot, 2004)

As atitudes e as propostas políticas em relação ao alargamento e ao processo de integração têm que levar em consideração a indiferença com que os cidadãos europeus estão encarando o futuro da União Européia. No outono de 2002, a maioria dos cidadãos europeus era a favor da integração européia, contudo entre uma integração incondicional e uma integração selecionada, eles optariam pela selecionada (20%-46%, respectivamente). Além disso, dentre as prioridades de políticas a serem empreendidas pela União Européia, a inclusão de novos membros se encontra em último lugar, perseguido, mas de longe, pela reforma das instituições européias. As prioridades se voltam para problemas mais imediatos, como segurança e desemprego. Só um europeu em cada três entende que o alargamento é uma prioridade. O autor foi buscar as explicações para esses resultados na expectativa a respeito das conseqüências do alargamento. Tais expectativas foram equacionadas em três eixos distintos. A 1ª se constitui de fatores que apontam para vantagens, e a 2ª para desvantagens. Os fatores que apontam para a expectativa de vantagens são percentualmente mais endossados, contudo uma análise qualitativa indica que os fatores indicando desvantagens são muito mais tangíveis do que os 1ºs. A terceira dimensão diz respeito à expectativa de incremento do orçamento financeiro e à disposição de fazer transferências financeiras a países que negociam sua integração. A pesquisa também indica que grupos dentro dos países esperam ser afetados diferentemente pelo alargamento. A expectativa é de que os setores mais tradicionais arquem com mais custos e os setores mais modernos e dinâmicos tendem a se apropriar relativamente dos benefícios.

Dentro da perspectiva da integração seletiva, que é a que tem maior apoio, O grupo de países que alcançou menor aceitação foi um que pode ser qualificado como de países do sudeste europeu (Macedônia, Yugoslávia, Bósnia, Albânia, Croácia, Turquia, Romênia e Bulgária, com 33%). Os países intermediários são os países da Europa Central(Letônia, Lituânia, Estônia, Eslováquia, República Tcheca, Hungria, Eslovênia e Polônia, todos recém integrados, com 43%). Os países que têm o maior índice de apoio são os ditos ocidentais(Noruega, Suíça, Islândia, Malta e Chipre, com 62%). Os números mostram que os cidadãos europeus, apesar de apoiarem o alargamento de uma forma mais ampla, não consideram particularmente bem-vindos os novos Estados Membros. Como a continuação do alargamento está prevista para se dar na direção do sudeste europeu, um processo que vise a melhora da comunicação e da imagem desses países se faz necessário.

Quanto ao envolvimento cotidiano do público em geral com a perspectiva do alargamento, apesar da ampla exposição midiática a que esse público vem sendo submetido por ocasião da inclusão recente de dez novos Estados-Membros; o nível de interação e de participação das pessoas é muito baixo, o que aponta para possíveis futuras dificuldades no que diz respeito à formulação de políticas para tentar incrementar o grau de envolvimento dos cidadãos no processo.

3ª Parte- Limites e paradoxos do redesenho institucional e da formação de uma identidade européia: o caso da Turquia

Essa parte do trabalho está separada em três sub-unidades. A primeira parte visa discorrer sobre a trajetória histórica da aspiração da Turquia à integração europeia e à descrição dos procedimentos institucionais considerados pertinentes para realizá-la.

Na segunda parte visa a uma análise mais qualitativa e localizada das questões que estão em pauta ao tema referido, com o objetivo de expor as limitações das análises que condicionam a sua qualidade à sua condição de neutralidade.

Na Conclusão, que será também a conclusão do trabalho como um todo, o objetivo é se apropriar desse contraponto no sentido de propor reflexões o tema explorado e a sua relação com os próprios instrumentos a partir dos quais ele é articulado.

I. Evolução do processo de Integração da Turquia à União Europeia

O primeiro movimento concreto de aproximação da Turquia em relação à então Comunidade Econômica Europeia(CEE) foi o chamado acordo de Ancara, assinado em 1963. O acordo previa uma integração progressiva com a CEE a partir da implementação progressiva de uma União Aduaneira em três fases. O acordo de Ancara ainda consiste na base legal sob a qual se desenrola a relação entre a Turquia e a União Europeia(UE).

A Relação entre o país e o bloco consolidou-se com a assinatura do Protocolo Adicional, em 1970, que abriu caminho para a liberalização comercial entre os dois países e desenvolveu uma estratégia para a plena efetivação da União Aduaneira dentro de aproximadamente 22 anos. Contudo, a intervenção dos militares no poder afasta os europeus, que começam a ficar reticentes em relação à Turquia. As relações foram retomadas depois do retorno à normalidade, e em 1987 a Turquia apresenta o pedido de adesão ao bloco requerendo status de membro pleno da Comunidade Europeia(CE).

A plena implementação da União Aduaneira ocorre a partir de Janeiro de 96. Contudo, apesar de o Conselho Europeu reunido em Luxemburgo em 1997 confirmar a elegibilidade da Turquia, um relatório emitido pela Comissão Europeia no mesmo ano (Agenda 2000) exclui a Turquia do processo de alargamento que estava sendo planejado.

Em 1999, o Conselho Europeu em Helsínque reconhece a candidatura turca no momento em que abre negociações com os países a serem integrados a partir de 2004. A adequação deveria se dar nos mesmos termos a serem exigidos dos demais países, que consiste no cumprimento dos ditos Critérios de Copenhague que prevêm basicamente a efetivação plena do Estado de Direito, de uma economia de mercado estável e a harmonização da legislação nacional com o acervo comunitário. Em 2004 finalmente o Conselho Europeu dá seu parecer favorável à abertura de negociações com a Turquia. No dia 17 de Dezembro de 2004, o Conselho aprova a abertura de negociações para Outubro de 2005.

Estrutura de Negociação

A Estrutura de Negociação divulgada pela União Europeia em 2005 frisa que tanto o resultado final quanto o progresso e a velocidade das negociações “vão estar baseadas nos próprios méritos da Turquia”(Comissão Europeia, 2005, p.1). O documento reafirma que “o objetivo compartilhado é a adesão”(idem), mas é cauteloso ao ressaltar que “as negociações são um processo sem fim determinado, e cujo resultado não pode ser garantido de antemão”(idem). E mais ainda:

“No caso de uma brecha séria e persistente na Turquia dos princípios de liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e pelo primado do direito no qual a União está fundada, a Comissão irá, por sua própria iniciativa ou requisição de Estados membros terceiros, recomendar a suspensão das negociações e propor condições para uma eventual retomada”(idem, 2005, p.2)

E essa nem mesmo consiste na principal concessão feita pela Turquia para abrir as negociações. O documento cita explicitamente que longos períodos de transição e a implementação de cláusulas de salvaguarda permanentes são medidas a serem consideradas. Além disso, como afirma Zalewski(2004), A disposição dos governos austríaco e francês de promoverem pela primeira vez um referendo a respeito da integração da Turquia(cujo acesso deveria estar baseado ‘em seus próprios méritos’), iniciativa absolutamente sem antecedentes na história da União Européia, e pode conferir à abertura de negociações um significado mais ambíguo do que a princípio se poderia imaginar. Alguns discursos já propõe até dar termos a essa possibilidade. A ex-líder do partido democrata Cristão e atual Chanceler da Alemanha Ângela Merkel já advogava desde 2004 contra a integração plena e por uma parceria privilegiada(Merkel *opus* Diez, 2005)

II. A necessidade de reformas na Turquia.

A magnitude e a velocidade das reformas ocorridas na Turquia, principalmente depois da ascensão ao poder do partido AKP(Partido da Justiça e Desenvolvimento). A aceitação da candidatura da Turquia em 1999 foi marcada por uma evolução no processo de democratização, inclusive no tocante à reformas institucionais. A partir de 2001 vieram as primeiras reformas. Tinham o sentido de reforçar as garantias legais e institucionais no que diz respeito à liberdade de expressão, principalmente no sentido de lidar com os indivíduos que foram presos por expressar opiniões não violentas.

Em clima de forte tensão diante de ano eleitoral, em Janeiro de 2002 saiu o segundo pacote de reformas legislativas. Esse pacote propunha reformas no código penal turco e na lei de luta contra o terrorismo. Um pacote mais extensivo e ambicioso foi lançado em Agosto de 2002, privilegiando entre outras coisas, os direitos de expressão das minorias.

Em 2002 e a vitória do AKP mudou o panorama político. O partido centralizou sua campanha no cumprimento das metas com o FMI e na necessidade de ampliar as reformas de modo a garantir o acesso à UE. Foi a primeira vez em muitos anos que um partido governava sem a necessidade de constituir uma coalizão na Turquia. Foi o momento de maior dinamismo da reforma turca:

“O novo governo, com forte apoio internacional, rapidamente adotou quatro grandes pacotes de reformas políticas de janeiro a Junho de 2003, trazendo mudanças de longo alcance para o sistema político e dando importantes passos para assegurar sua implementação efetiva. Algumas das principais reformas políticas aceitas nesses pacotes incluíam: mudança na lei anti-terror usada para restringir a liberdade de pensamento e expressão, pavimentar o caminho para escolas privadas que ensinassem curdo e estações de rádio e TV para difundirem outras línguas comumente usadas na Turquia; remover os poderes executivos do Conselho de Segurança Nacional e torná-lo um conselho consultivo; aumentar o controle parlamentar sobre o orçamento de defesa; levantar o estado de emergência instalado no Sudeste; conceder anistia parcial a militantes curdos e , finalmente, melhorar os direitos da minorias não-muçulmanas”.(Ulusoy, 2005, p.5)

Diante desse quadro, as interpretações tradicionais apontam para a eficácia da condicionalidade com capaz de reorientar os incentivos que estariam organizando a tomada de decisão dos turcos, com o reconhecimento da candidatura em 1999.

Contudo Ulusoy vê serias limitações nessa abordagem(ao contrário de Zalewski). Para ele o primeiro perigo dessa abordagem é a de que se ater a essa estrutura de

condicionalidade, a despeito dos fatores políticos e sociais. Os diferentes grupos operando dentro da sociedade entenderam elementos cruciais presentes no âmbito do internacional sob o ponto de vista das condições domésticas e da capacidade das instituições de produzirem, através da comunicação, a socialização do discurso dos Direitos Humanos.¹

Esse processo remete à aceitação por parte da Turquia do direito de petição individual junto à Corte Europeia de Direitos Humanos, requisito para reivindicar seu acesso à União Europeia em 1987. Diante do contexto do golpe de 1980, é importante recuperar o papel das organizações transnacionais e do Parlamento Europeu na democratização da Turquia, que só pode ser dimensionado diante do compromisso ideológico dos militares com a ocidentalização, principalmente depois que ele esclarece que tanto o Conselho Europeu quanto a Comissão eram tolerantes com o regime militar. Sem entender o papel da socialização dessas demandas, não se entende a mobilização da sociedade doméstica em uma questão de política externa que carrega um elemento que é o mais caro a concepção ideológica de um militar: a idéia de segurança nacional. Não se entende nem mesmo a emergência fulgurante do partido AKP, fundamental para a desobstrução das principais reformas políticas implementadas.

Problemas e questões envolvidas na integração da Turquia.

No que tange ao previsto dentro da estrutura de negociação, algumas questões específicas se colocam como pertinentes na concepção da Comissão Europeia.

“A União espera que a Turquia... consolide e amplie a legislação e medidas de implementação especificamente em relação à política de tolerância zero na luta contra a tortura e aos maus-tratos e na implementação de provisões relativas à liberdade de expressão, liberdade de religião, direitos das mulheres, padrões de qualidade previstos na Organização Internacional do Trabalho incluindo direitos sindicais, e direitos das minorias”(Comissão Europeia, 2005, p.2)

Em relação aos direitos das mulheres, a Turquia vem definitivamente evoluindo, principalmente se comparada com os demais países muçulmanos:

... a Turquia começa a ser pressionada a redefinir sua identidade muçulmana tanto no nível social como político(Benton, 1996). A modernização promovida por elites seculares durante um período de quase setenta anos teve conseqüências positivas sobre as mulheres turcas, dentre as quais estão a imposição de oito anos de escola obrigatória e a promulgação de uma lei que tenta prevenir a violência intrafamiliar. Em 1981, a Turquia tornou-se o primeiro país muçulmano onde o aborto era considerado legal assim que fosse requerido”.(Monshipouri, 2004, pp.196-197)

Contudo, ainda existem questões pendentes, como os chamados ‘crimes de honra’, que ainda acontecem no país em algumas áreas rurais mais afastadas, onde a mulher considerada

¹ O autor se baseia no trabalho de Thomas Risse, que sustenta que: “argumentar constitui uma característica essencial do processo de negociação, e é um elemento chave para alcançar soluções ótimas para problemas percebidos em conjunto, e para acordar-se sobre uma estrutura normativa comum nas Relações Internacionais. A essência dessa abordagem na direção de um discurso que busque a verdade se pauta na crença de que atores estão preparados para mudar suas visões de mundo, interesses e identidades... Risse se concentra na primazia crescente do poder da racionalidade argumentativa no lugar da racionalidade instrumental maximizadora do auto interesse nas Relações Internacionais como resultado da institucionalização da Política mundial”.(Ulusoy *apud* Risse, 2005, pp. 7-8)

adúltera podia vir a ser sumariamente executada por apedrejamento, sem qualquer espécie de julgamento. Contudo é preciso ressaltar que existem dissidências entre as feministas. As feministas islâmicas (que na Turquia são ‘Novas Mulheres Muçulmanas’) entendem que a associação entre islamismo e patriarcalismo não é inerente à doutrina islâmica, mas fruto da naturalização de uma leitura do islã arbitrária a serviço de uma elite masculina, que se reproduz a partir do aparelho estatal, defendido pelas feministas tradicionais.

Também há um longo caminho para a plena implementação dos direitos das minorias não muçulmanas, sendo as principais delas os curdos e os armênios. Os armênios colocam o seu reconhecimento como o grande taboo que nasce na própria fundação da nacionalidade turca. Até hoje o governo turco não reconhece o genocídio armênio de 1915. Comunidades armenas em países ocidentais tem pressionado seus governos a reconhecer e agir sobre a questão (Tezcur, 2005)

“Na Turquia, os processos contra Hrant Dink, Orhan Pamuk, Ragip Zarakolu ou Murat Belge são exemplos de como a quebra de todo taboo causa pânico no final. Isso é essencialmente verdadeiro a respeito da questão armena; o maior de todos os taboos na Turquia, o que está presente desde a criação do Estado nacional e que representa o principal ‘outro’ da identidade nacional turca.” (Dink, 2005)

Quanto às minorias curdas, as questões mais emergentes vem sendo tratadas com alguma eficiência. A alteração da legislação anti-terror, que instrumentalizava a supressão das liberdades civis dos curdos, sob a alegação de violência separatista. Contudo são questões ainda a serem colocadas o sistema de representação política, no qual os curdos praticamente não tem representação; e de leis que lhes assegurem autonomia cultural.

A questão dos militares

Com o processo de reforma das instituições turcas, muitos passos importantes foram dados no sentido de desvencilhar a influência das corporações militares do processo de tomada de decisão. A medida mais relevante nesse sentido foi a iniciativa de transformar o Conselho de Segurança Nacional num órgão consultivo, sob o comando de um civil.

Contudo uma análise histórica do papel dos militares aponta para um quadro complexo. Primeiro deve-se ressaltar que os militares continuam fortemente influentes, e continuam sendo voz poderosa na política turca². O processo de Integração com a UE não iria para a frente sem o endosso de pelo menos parte da elite militar.

“Nem todas as reformas foram recebidas com os braços abertos, mas o Staff Geral da Turquia em grande parte acatou as demandas da UE mesmo que ao fazê-lo tenha sido forçado a sair do poder... a explicação para esse sacrifício tem dois elementos: Os generais turcos se adaptaram porque eles vêem a União Européia como o estágio final de um processo de modernização que eles vem sustentando por quase um século. Eles também acreditam que o processo que leva a interação com a UE é o melhor meio de lidar com desafios domésticos que são chaves e contra os quais eles tem lutado a muito tempo, como o islamismo e o separatismo curdo”.

(Aydinli, Özcan e Akyaz, 2006)

² Apesar dos sucessivos golpes, os militares sempre foram encarados como os verdadeiros defensores de um projeto de república que eles mesmo fundaram. E isso é uma interpretação largamente difundida no espectro social, que influencia fortemente as relações entre civis e militares na Turquia. Uma pesquisa publicada pelo jornal Hürriyet em setembro de 2003 aponta para os militares como a instituição mais confiável do país (Aydinli, Özcan e Akyaz, 2006).

A grande dificuldade dois países europeus em enxergar esse elemento provavelmente está por sua trajetória de modernização ter sido traçada a partir de um processo histórico significativamente diferente. Contudo esse equívoco tem como consequência prática a dificuldade de mensurar como o afastamento das instituições afeta a sua capacidade de influência. E, mais do que isso a questão de até que ponto eles estarão dispostos a fazer concessões. Entendem que têm um compromisso histórico em manter coesa uma nação que é inerentemente heterogênea (entre os elementos a serem controlados estão os curdos, fundamentalistas islâmicos e ultra-nacionalistas). Entre outras coisas uma resposta positiva ao esforço turco é elemento importante do cálculo de que vale a pena se abster de um papel mais ativo na vida política turca.

A posição da Turquia

Para Glyptis (2005), o que explica a relação tensa que a Turquia tem com a sua própria obsessão em relação à Europa é não só a força do legado do Atatürk, mas de como esse legado constitui uma trajetória em sua inserção na modernidade e que se torna ambivalente na conjuntura atual em sua relação com a Europa. O kemalismo (de Mustafa Kemal, o Atatürk) constitui um elemento quase incontornável da cultura política turca. A narrativa fundacional da nacionalidade turca, associava a coesão e fortaleza da nação à possibilidade do progresso, com o Ocidente como referência. Isso não significava depender do Ocidente, mas se apropriar de suas conquistas civilizacionais para buscar a independência. Nesse sentido, se por um lado a aceitação do ocidente significa o reconhecimento do sucesso do projeto turco, por outro lado dissolver sua identidade no ocidente significaria o fracasso do mesmo³.

A rejeição européia produz um efeito destabilizador sobre a identidade turca, reconhecida em eventos como o fracasso do referendo europeu. Isso é capitalizado por um movimento anti-europeu, que aponta para uma deturpação do legado kemalista, e que o desrespeito pelas particularidades da Turquia evidencia traços de um imperialismo tardio.

Europa produzindo identidade por exclusão- o caso da Grécia e a questão do Chipre.

Como afirma Rumelili (2003), a UE jogou um papel contundente e circunstancialmente negativo na reprodução das hostilidades entre Grécia e Turquia⁴. A partir da legitimação de determinados discursos e práticas de diferenciação “a comunidade reforça certos critérios para a distinção entre o eu e o outro, enquanto que deslegitima outros [critérios]” (Rumelili, 2003).⁵

Segundo o autor, para o caso da UE, a existência da Turquia levantaria essas questões. Sendo por alguns critérios considerada européia e por outros não, e insistindo em ser reconhecida enquanto tal, a Turquia é percebida como uma noção alternativa e maçadora de identidade européia. Para o Estado cuja inclusão é ambígua, a precariedade de sua diferença

³ O que o texto nos mostra é que a sociedade turca está ativamente empenhada em inserir o país na UE, baseados numa percepção da modernidade, a despeito mesmo da integração em si. Isso fica claro na concepção do partido: “O país precisa de reforma. Essa é a plataforma do AKP. Essa reforma está alinhada com as demandas da UE, mas o partido coloca que as perseguiria de qualquer forma”. (Glyptis, 2005, p.116)

⁴ Como ele se esforça em demonstrar, a formalização e institucionalização de comunidades de segurança-regiões cognitivas socialmente construídas, diante do qual os membros compartilham um senso de comunidade capaz de produzir expectativas de mudança pacífica- tem sido estudado com um processo de geração espontânea e auto sustentável. Contudo toda identidade é fundada sobre a diferença, e ao não se problematizar essa diferença incorre-se num erro conceitual que induzem os estudiosos a julgamentos precipitados a respeito das implicações em termos de segurança desse processo de formação de comunidade.

⁵ Evidentemente a intensificação do sentido da diferença por si só, não cria condições suficientes para os conflitos entre os Estados. Para que isso ocorra, ela deve vir combinada com uma percepção do ‘outro’ que ameace a identidade do ‘eu’. A percepção de ameaça é sempre empregada como um instrumento para fortalecer e afirmar a diferença, e ela é sempre empregada com mais eficiência quando o sentido da eficiência é precário ou ambíguo. Ele afirma que essa relação entre as identidades constitui uma dinâmica que organiza essas relações a partir de um conceito que ele chama de liminaridade.

em relação àquele que está fora faz com que aumente sua necessidade de afirmar o outro como diferente e ameaçador. A condição da Grécia na União Europeia e a sua relação de rivalidade com a Turquia faz com que a percepção ameaçadora que a Europa forma da Turquia legitime a hostilidade do discurso grego em relação à ela.

Contudo, a liminaridade não é uma condição estática, ela depende dos deslocamentos promovidos pelo discurso⁶. Com o grande esforço que a Turquia tem demonstrado em se adaptar ao arcabouço jurídico institucional da comunidade, as expectativas produzidas em relação à propriedade da sua reivindicação de país europeu mudam significativamente.

Dois elementos refletem fortemente essa passagem. A melhora significativa das relações com a Grécia, que inclusive foi o primeiro país a se dispor a dar a assessoria jurídico-institucional necessária à Turquia para efetuar o processo de transição. E a postura altamente cooperativa em relação ao Chipre. Era uma questão que estava diretamente relacionada com o conflito entre gregos e turcos na Região. Contudo apesar de pagar um preço alto em termos de sua política doméstica, pois os nacionalistas se ressentem fortemente, sob a alegação de os turcos terão seus direitos suprimidos assim que os cipriotas retomarem o controle de fato da região, a Turquia endossou, ao lado da Grécia, o plano de paz desenvolvido pela ONU e promovido por Kofi Annan. O plano não entrou em vigor justamente porque foi rejeitado pelo Chipre, que tem se mostrado bem mais intransigente. Esse desenvolvimento contrariou as expectativas, que previam uma negociação difícil em torno do reconhecimento do Chipre(Rondos, 2004).

Questões envolvendo as posições europeias

O primeiro ponto relevante para se entender as questões que permeiam as posturas europeia é entender como os mesmos eventos podem ser significados de forma contraditória. O elemento mais claro é o islã, que pode ser entendido tanto como uma vantagem estratégica, pois “um membro muçulmano da UE iria mandar a mensagem correta para um mundo pós-11/09”(Glyptis, 2005, p.119), como um elemento que traz instabilidade. Ampliando a questão para lidar com o caráter geoestratégico da Turquia, há novamente dois diagnósticos. Diez, num artigo escrito com Buzan em 1999 diz que a Turquia iria trazer problemas geopolíticos próximos a sua fronteira para dentro da União Europeia(visão que está endossada por Bertonha, 2005). Contudo, em 2005, o próprio Diez se retrata⁷. Não mais um perigo, a Turquia pode ser vista como uma oportunidade valiosa de inserção política da Europa nos complexos de segurança do Balcãs e do Oriente Médio(Diez, 2005). Quanto a questões a respeito das disputas de poder dentro das instituições, do processo de votação e número de deputados, as posições dependem de seu interesse ou não na descentralização do processo de decisão. Quanto aos recursos materiais envolvidos, as oportunidades de acesso à mercado podem ser contrapostos ao baixo custo do trabalhador turco e o medo do desemprego em certos setores específicos(embora numa análise da redistribuição dos recursos da União, todos tendam a perder, pelo menos em termos absolutos)

⁶ A “liminaridade não é uma condição objetiva que seja inerente à história, cultura ou identidade do grupo; mas sim uma posição contextual que é socialmente e discursivamente produzida”(Rumelili, 2003). Durante a Guerra Fria, enquanto as necessidades de segurança organizavam-se de acordo com a distinção capitalista/comunista, o discurso turco de aproximação da Europa era mais facilmente reconhecido. Com o fim da Guerra Fria, esse discurso teria perdido sua relevância e outras narrativas seriam constituídas para encontrar um sentido de uma herança cultural europeia comum que afirmasse essa identidade. Entre esses elementos a serem recuperados está a demarcação de um limite geográfico para a Europa e a ênfase na defesa dos Direitos Humanos.

⁷ No primeiro argumento, a Turquia seria um país insulador que impediria que três complexos de segurança claramente delimitados produzissem instabilidade com a confluência de dinâmicas de um complexo para dentro do outro, que é o que aconteceria com a integração da Turquia. Já em 2005, ele coloca que desde 1999 a Turquia esta tão inequivocamente situada no complexo de segurança europeu que os vínculos com os outros complexos se enfraquecem e esse perigo já não existe.

O segundo ponto para entender essas posições é como, sob certo sentido, elas podem constituir um falso dilema, pois não há procedimentos para torná-las suficientemente objetivas. Todas essas clivagens podem aparecer sob as mais diversas combinações. A politização do islã certamente não é cara à elite governante turca, mas articula conjunturas econômicas específicas e elementos xenofóbicos que tem impacto na dinâmica doméstica de determinados países europeus, ao mesmo tempo que movimentos dissidentes na Turquia estarão sensíveis a capitalizar essas mesmas dinâmicas numa leitura anti-européia que pode no limite se transformar numa profecia auto realizável e realmente repolitizar o islã dentro do país (improvável, só consta enquanto uma hipótese).

III. Conclusão

Algumas conclusões rápidas podem ser tiradas dessa reflexão. A primeira é o de que a identidade da Turquia não pode ser entendida fora de um projeto de modernidade onde ela está inserida. E que as ambigüidades decorrentes desse projeto advém de sua condição periférica em relação à vanguarda da modernidade européia. Existe uma combinação específica entre o universal e o particular que prescreve a sua articulação mas não a sua supressão dentro do projeto europeu.

Além disso, fica claro que essa compreensão é prejudicada pela presunção de neutralidade que se associa à deliberação da União Européia em relação à Turquia colocada no formato de procedimentos passíveis de mensuração e monitoramento. Análises como as tradicionalmente feitas a respeito das reformas (que incorporam o princípio da condicionalidade), das mulheres turcas (que se dividem em relação ao papel do islã na sua condição de opressão), dos militares (que tem um compromisso com a modernização do Estado turco) tem dois efeitos negativos. Primeiro produz políticas equivocadas, pois as expectativas geradas pelo raciocínio de um lado não faz sentido na sociedade do outro (por exemplo pressionar demais pelo fim do papel político dos militares, por exemplo, pode ser contraproducente); depois pode levar a uma obstrução do processo de comunicação entre os dois lados, pois cada lado vai passar a ser crescentemente incapaz de entender as análises do outro como racionais e a responder baseado no critério de efetividade que se espera dele.

Uma compreensão da modernidade não convergente com as expectativas geradas a partir de certas narrativas (que produzem leituras sobre a identidade européia) que implica numa concepção específica sobre as possibilidades do outro em relação à modernidade. Dentro desse quadro nebuloso a posição ambígua da Turquia vai informar possibilidades de lidar e de agir em relação à Turquia que podem na verdade exacerbar a contradição em que a própria Turquia se coloca a partir do momento em que é através do legado do Atatürk que ela vai enxergar a modernidade. Nesse sentido, importante para aumentar a capacidade objetiva e explicativa da análise, é não desvencilhar-se da discussão acerca da construção da identidade européia, mas justamente de problematizá-la e politizá-la, incluindo as visões da modernidade como elemento discriminatório central, pois são elas que possibilitam o cálculo prospectivo dos atores na consecução de seus objetivos.

BIBLIOGRAFIA:

AYDINLI, Ersel, ÖZCAN, Nihat Ali, AKYAZ, Dogan. The Turkish Military's March Toward Europe, Foreign Affairs; Jan/Feb2006, Vol. 85 Issue 1

BERTONHA, Fábio. A União Europeia e a Turquia: uma nova identidade para a Europa? Em: Revista Espaço Acadêmico, nº 45, fev/2005. disponível em: www.espacoacademico.com.br/045/45bertonha

COMISSÃO EUROPEIA, Comunicado da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. 06/12/2004. disponível em: europa.eu.int/comm/index_pt.htm

COMISSÃO EUROPEIA, Negotiating Framework, 2005, disponível em:: europa.eu.int/comm/index

DIEZ, Thomas. Turkey, the European Union and Security Complexes Revisited. In: Mediterranean Politics, vol. 10, nº 2, July 2005.

DINK, Hrant. The water finds its crack: an Armenian view in Turkey. 13/12/2005. disponível em: www.opendemocracy.net

GLYPTIS, Leda-Agapi. Which Side of the Fence? Turkey's Uncertain Place in the EU. In Alternatives- Turkish Journal of International Relations. Vol. 4, number 3 fall 2005.

MONSHIPOURI, Mahmood. O Mundo Muçulmano em uma Era Global: a Proteção dos Direitos das Mulheres. Em: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol.26, nº 1 janeiro/junho 2004, ed PUC-Rio.

RONDOS, Alex. Cyprus: the Price of Rejection. 22/04/2004. disponível em: www.opendemocracy.net

RUMELILI, Bahar. Liminality and Perpetuation of Conflicts: Turkish-Greek Relations in the Context of Community-Building by the EU. In: European Journal of International Relations. Vol.9(2) SAGE Publications, 2003.

TEZCUR, Gunes Murat. The Armenian Shadow over Turkey's democratisation. 13/10/2005. disponível em: www.opendemocracy.net

ULUSOY, Kivanç. Turkey's Reform Effort Reconsidered: 1987-2004 EUI Working Papers Robert Schuman Center for Advanced Studies. 2005/28. disponível em: www.iue.it

ZALEWSKI, Piotr. Sticks, Carrots and Great Expectations: Human Rights Conditionality and Turkey's path towards membership in the European Union. Center for International Relations. Reports and Analyses. 09/2004. disponível em www.csm.org.pl